



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

18014 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT26 - Educação do Campo

EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: OS SABERES E A IDENTIDADE DOS ESTUDANTES DO CAMPO

Adeyde dos Santos Rodrigues - UNIT - Universidade Tiradentes

EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: OS SABERES E IDENTIDADE DOS ESTUDANTES DO CAMPO

INTRODUÇÃO

A educação no/do campo vai além da transmissão de conteúdos curriculares. Ela reconhece o campo como um espaço de vida, trabalho e cultura, onde os sujeitos constroem conhecimentos a partir de suas experiências cotidianas. Nesta senda, o cultivo de saberes e identidades é fundamental para uma formação crítica e emancipatória.

No contexto campesino, a luta histórica pela existência da escola é um marco importante, pois envolve não apenas a garantia do acesso à educação, mas também a conquista do reconhecimento das especificidades locais e a adaptação das matrizes curriculares que efetivamente atendam às necessidades específicas da comunidade do campo. Essa luta se justifica pela contínua negligência e marginalização da educação formal no campo, considerada como um luxo ou uma opção secundária em relação às necessidades mais básicas da sobrevivência. Isso sempre gerou uma situação em que os camponeses tinham que escolher entre a educação de seus filhos e a manutenção de sua ligação com a terra. Em Granereau (2020), vamos encontrar o seguinte relato:

O Estado, por seus educadores primários, salvo algumas exceções, não sabe o que dizer aos camponeses, a não ser: ‘Teu filho é inteligente; é preciso não deixá-lo atrás das vacas... é preciso pô-lo para estudar... será melhor que tu... Ele terá um belo futuro.’ E, sempre crentes, os pais confirmam: ‘Nosso filho é inteligente e faremos dele um sábio.’ Em outras palavras, ele aprenderá tudo, exceto a ciência da terra. [...] Partindo para os estudos, o jovem camponês tornava-se frequentemente orgulhoso de si próprio e

rapidamente passava a olhar de cima para baixo aqueles que continuavam muito 'bestas' permanecendo no campo. Quantas vezes, ele próprio envergonhou-se de sua origem! Dessa forma, o mundo rural foi usurpado do que tinha de melhor em inteligência e de suas potenciais lideranças! (GRANEREAU, 2020, p. 35-36)

Ainda nas palavras desse educador e pesquisador francês, essa escolha difícil é bem resumida e destaca a decisão que os camponeses precisam por vezes fazer: "para nós camponeses, é sempre a mesma coisa: não tem nada!...ou, então, nossos filhos irão às escolas, instruir-se-ão, mas estarão perdidos para a terra; ou, caso queiramos mantê-los na terra, é preciso que permaneçam ignorantes" (Granereau, 2020). Essa afirmação revela a complexidade da questão e a necessidade de se encontrar uma solução que concilie a educação com a preservação da identidade e da cultura camponesa.

A pedagogia da alternância surgiu então como uma possibilidade para garantir o direito à escolarização. Essa pedagogia é resultado direto da luta das comunidades do campo e de movimentos sociais por uma educação que atenda às suas necessidades e realidades. Nosella aduz que:

O interesse que suscita uma nova iniciativa educacional para o mundo rural decorre da evidente crise do ensino do meio rural e, num sentido mais geral, da própria crise do homem contemporâneo com relação à terra. Se a crise da escola é universalmente proclamada, a crise da escola do meio rural é ainda mais evidente, embora suas conotações específicas sejam menos claras. Em todo caso, o interesse para novas alternativas educacionais, hoje, é muito forte. (NOSELLA, 2012, p.36).

A alternância, enquanto conceito, tem sido objeto de estudo e reflexão por parte de diversos autores, que a concebem como um processo contínuo de aprendizagem e formação que se desenvolve na descontinuidade de atividades e na sucessão integrada de espaços e tempo (Begnami, 2004, p. 53). Nessa perspectiva, a alternância apresenta uma metodologia diferenciada em relação à educação, não se enquadrando nos moldes tradicionais de ensino, pois rompe com a organização tradicional da escola e inaugura outro modo de pensar o ensino.

Essa matriz teórica assume especial relevância no contexto das escolas no/do campo, onde é fundamental implementar conteúdos curriculares e metodologias pedagógicas que atendam às necessidades e interesses específicos dos alunos. A recente alteração do art. 28, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), por força da Lei 14.767/2023, insere a pedagogia da alternância entre as metodologias das escolas no/do campo.

Apesar dos esforços e dos recentes avanços legais, as desigualdades educacionais e a exclusão social persistem como realidades profundamente enraizadas nas comunidades camponesas, onde a escassez de oportunidades educacionais de qualidade e a desvalorização dos saberes e práticas locais tradicionais comprometem o futuro das novas gerações, limitando suas perspectivas de desenvolvimento e exercício pleno da cidadania. Este cenário de esfacelamento da educação no/do campo motivou a realização desta investigação, que tem

como objetivo analisar a Pedagogia da Alternância, enquanto matriz teórica, com o propósito superar as desigualdades educacionais e promover a inclusão social nos contextos educacionais do campo.

Com essa finalidade, esta pesquisa busca compreender como essa metodologia pode valorizar os saberes e identidades dos estudantes, fomentando processos educativos mais diversificados e respeitosos com a pluralidade, integrando saberes práticos e científicos para responder às necessidades educacionais específicas destas comunidades. A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, fundamentado em uma revisão de literatura, que busca estabelecer um diálogo com autores da área, tais como Granereau (2020), Nossella (2012), Bengami (2019), Gimonet (2007), Freire (2019), Arroyo (2010), Caldart (2008) que, à luz de uma abordagem epistemológica, permitiu uma análise mais aprofundada da problemática em questão e uma compreensão mais detalhada das possibilidades e desafios inerentes à Pedagogia da Alternância em contextos educacionais que valorizem os saberes e identidades dos estudantes do campo.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Educação do Campo: Uma Resposta às Necessidades dos Estudantes e dos Movimentos Sociais.

A ruptura com a educação rural tradicional, vista como desrespeitosa à diversidade cultural e identidade das comunidades do campo, ocorreu na década de 90 com o surgimento da "Educação do Campo". Essa nova abordagem, impulsionada por movimentos sociais, visa atender às necessidades dos estudantes, valorizando a diversidade cultural, identidade e autonomia das comunidades rurais. No Brasil, diversos movimentos e organizações sociais, como o MST e a CONTAG, lutam por direitos dos trabalhadores do campo e pelo acesso a uma educação de qualidade. A educação no/do campo busca mudar a perspectiva de uma educação imposta, promovendo a ideia de que os estudantes do campo devem ser protagonistas em seu processo de aprendizado.

A pedagogia da alternância, surgida na França em meados do século XX, visa atender às necessidades de educação rural, promovendo uma formação mais contextualizada e significativa. Influenciada por autores como Granereau, que enfatiza a conexão da educação com a realidade social dos alunos, e Nossella, que destaca a importância da alternância entre escola e trabalho, essa abordagem busca integrar teoria e prática. Bengami complementa essa visão ao ressaltar a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento. A partir da década de 1960, a pedagogia da alternância se consolidou como uma metodologia inovadora, visando superar as limitações do sistema educacional tradicional e atender melhor às comunidades rurais e urbanas em situação de vulnerabilidade. Paulo Freire também contribuiu para essa discussão, defendendo a educação como um meio de libertação e conscientização social.

Nos anos 1980 e 1990, a pedagogia da alternância se expandiu para outros

continentes, especialmente para a África e a Ásia. Nesse período, a alternância foi adaptada às realidades locais e se tornou uma ferramenta importante para o desenvolvimento comunitário e a redução da pobreza. A Organização das Nações Unidas (ONU) e outras agências internacionais começaram a apoiar a implementação da pedagogia da alternância em países em desenvolvimento, reconhecendo seu potencial para promover a educação e o desenvolvimento sustentável. Além disso, a pedagogia da alternância também começou a influenciar a formação de professores e a política educacional em todo o mundo, tornando-se uma referência importante para a construção de sistemas educacionais mais inclusivos e democráticos.

No Brasil, a pedagogia da alternância ganhou força especialmente a partir da década de 1990, quando o país começou a implementar políticas educacionais mais inclusivas e democráticas. O Movimento de Educação Popular, liderado por educadores e militantes sociais, foi um dos principais responsáveis pela difusão da pedagogia da alternância no país. A partir de então, a alternância se tornou uma estratégia importante para a educação de jovens e adultos, especialmente na zona rural e em comunidades indígenas e quilombolas.

Além disso, a pedagogia da alternância também influenciou a criação de programas de educação profissional e tecnológica, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que busca promover a educação e o desenvolvimento rural sustentável. Hoje em dia, a pedagogia da alternância é uma referência importante para a educação brasileira, especialmente na formação de professores e na construção de políticas educacionais mais inclusivas e democráticas.

No entanto, a falta de políticas públicas específicas para a educação no campo é um obstáculo a ser superado. Como afirma Arroyo (2010), "a política educacional não pode ser pensada fora do contexto social e cultural em que se insere". É necessário investir em infraestrutura, formação de professores e materiais didáticos adequados para atender às necessidades específicas das comunidades camponesas.

2.2 A pedagogia da alternância e as recentes implicações legais

A Pedagogia da Alternância é unanimemente apresentada pelos autores estudados como uma possibilidade de formação escolar e humana adaptada às especificidades do campo. De acordo com Gimonet (2007, p. 17), ela pode ser definida como "mais que um simples método, devendo ser considerada como um verdadeiro sistema educativo". Como destaca Arroyo (2007, p. 17), "a pedagogia da alternância é uma forma de educação que se organiza a partir da realidade concreta dos sujeitos, considerando seus conhecimentos e experiências prévias". Além disso, ela também pode simbolizar a ruptura definitiva com um ciclo de negligência e descaso, impulsionando a luta por uma educação mais justa, democrática e inclusiva, que não apenas valorize, mas também celebre a diversidade cultural e social dos seus educandos, promovendo a igualdade de oportunidades e o respeito pleno às diferenças.

Em 8 de dezembro de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou o Parecer CNE nº 22/2020, um documento que posteriormente subsidiou a Resolução CNE/CP nº 001, de 16 de agosto de 2023. Esta resolução aborda as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior, estabelecendo parâmetros para a implementação dessa abordagem pedagógica em diferentes níveis de ensino.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) destaca que essa pedagogia permite uma formação mais completa e contextualizada, ao combinar períodos de estudo teórico com períodos de trabalho prático, proporcionando uma experiência mais rica e diversificada para os alunos. Além disso, o Conselho ressalta que a pedagogia da alternância fomenta a autonomia, a responsabilidade e a criatividade dos estudantes, ao mesmo tempo em que desenvolve habilidades essenciais para o mercado de trabalho, como a resolução de problemas, a comunicação e a liderança.

Em 22 de dezembro de 2023, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 14.767/2023, a qual permite a incorporação da pedagogia da alternância entre as metodologias educacionais adotadas pelas escolas do campo. Essa medida, previamente aprovada pelo Senado Federal em 2022, entrou em vigor após a derrubada, pelo Congresso Nacional, do veto do ex-Presidente Jair Bolsonaro, em 14 de dezembro de 2023. O ex-Presidente sustentou que a lei em questão fere o interesse público e contém um vício de inconstitucionalidade ao trocar a expressão "escolas rurais" por "escolas do campo", que possui um significado mais limitado. Enquanto "escolas do campo" se refere apenas às instituições localizadas em áreas rurais que se dedicam à educação do campo, "escolas rurais" pode incluir diversas modalidades, como a educação do campo, a educação escolar indígena e a educação escolar quilombola.

O contexto em que se insere esta lei é marcado por uma luta histórica dos movimentos sociais e educacionais pelo direito à educação do campo. Segundo Begnami (2019), a educação do campo é uma vertente pedagógica que busca valorizar a cultura e a identidade dos sujeitos que vivem e trabalham no campo, rompendo com a lógica excludente e urbano-centrista da educação tradicional. Nesse sentido, a sanção dela pode ser vista como um importante marco na luta pela democratização da educação e pelo reconhecimento da diversidade cultural e social do Brasil.

A importância dessa Lei nº 14.767/2023 para a educação no/do campo reside na incorporação da pedagogia da alternância, como metodologia que busca articular a educação formal com a prática laboral e a vida cotidiana dos estudantes do campo. Segundo Nosella (2012), essa abordagem pedagógica permite uma formação mais integral e contextualizada, que valoriza a experiência e o conhecimento dos sujeitos do campo. O desdobramento dessa lei pode resultar na ampliação do acesso à educação de qualidade para os jovens do campo, tornando-os protagonistas do seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento do Brasil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece, em seu Art. 28, a importância de considerar as especificidades e diversidades dos estudantes em sua formação. Além disso, a alteração desse artigo para incluir a Pedagogia da Alternância como metodologia que respeita e valoriza as identidades e saberes dos estudantes do campo reforça a necessidade de uma pedagogia que atenda às necessidades específicas das comunidades camponesas.

2.3 Importância dos Saberes e da Identidade dos Estudantes do Campo nas Perspectivas Epistemológicas de Arroyo, Caldart e Freire

A valorização dos saberes e da identidade dos estudantes é um pressuposto fundamental para a educação no/do campo, pois permite a construção de uma educação significativa e relevante para os sujeitos do campo (Arroyo, 2007, p. 20). Ao reconhecer e incorporar os conhecimentos tradicionais, como a agricultura, a agroecologia e a medicina popular, ao currículo, a escola pode fortalecer a identidade cultural dos alunos e promover uma educação mais contextualizada e pertinente às necessidades locais.

Nessa mesma direção, Arroyo (2007, p. 15) afirma que a educação deve ser capaz de valorizar a identidade e a cultura dos estudantes do campo, reconhecendo a importância da experiência e da memória coletiva na construção do conhecimento. Ele defende que a educação deve ser um processo de autoconhecimento e auto-organização, em que os estudantes sejam capazes de se reconhecerem como sujeitos históricos e culturais. Para Caldart (2012, p. 56), a valorização dos saberes e da identidade dos estudantes do campo implica uma mudança epistemológica, que supere a visão eurocêntrica e colonizadora do conhecimento. Ela defende que a educação deve ser capaz de valorizar a diversidade epistemológica, reconhecendo a importância dos saberes indígenas, quilombolas e camponeses na construção do conhecimento.

Essa afirmação destaca a importância de ir além da mera transmissão de conhecimentos e focar em desenvolver as habilidades críticas e reflexivas dos alunos, permitindo que eles sejam capazes de analisar e julgar as informações de forma autônoma. A pedagogia da alternância se alinha com essa perspectiva, oferecendo uma abordagem mais dinâmica e interativa que favorece o desenvolvimento integral do aluno do campo. Como afirma Paulo Freire (2005), “a educação é um ato político que visa à transformação da realidade”. Nesse sentido, a valorização e o respeito aos saberes e à identidade cultural são ferramentas poderosas para o empoderamento dos alunos camponeses, possibilitando que eles sejam protagonistas de seu próprio desenvolvimento e transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo convergiu para uma conclusão unânime entre os autores consultados: a educação deve ser fundamentada na realidade local, incorporando conhecimentos e perspectivas autênticas dos contextos em que os alunos vivem. Esta matriz teórica permite que os estudantes sejam preparados para lidar com os desafios específicos de suas

comunidades, desenvolvendo soluções inovadoras e relevantes para as necessidades locais.

É importante reconhecer as limitações desta pesquisa. A revisão de literatura realizada foi baseada em estudos previamente publicados e leitura de obras, o que pode ter limitado a amplitude e a profundidade da análise. Além disso, a pesquisa não incluiu a perspectiva de estudantes, professores e comunidades locais, o que poderia ter proporcionado uma visão mais completa e rica da realidade.

Com base nos resultados desta pesquisa, são feitas as seguintes recomendações: a implementação da Pedagogia da Alternância deve ser priorizada em escolas no/do campo, como forma de promover a inclusão e equidade educacional. Além disso, é fundamental que a formação de professores que atuam em escolas do campo seja priorizada, com foco na realidade do campo e na valorização dos saberes e identidades locais. Adicionalmente, é necessário melhorar a infraestrutura das escolas do campo para garantir a realização de atividades que envolvam a participação das comunidades locais e a valorização dos saberes e identidades locais. A política educacional também deve ser revista e reformulada para dar mais atenção à realidade do campo e às necessidades específicas das escolas do campo. Por fim, estudos futuros devem ser realizados para investigar a eficácia da Pedagogia da Alternância em diferentes contextos e avaliar seu impacto nas comunidades locais.

Em conclusão, esta investigação demonstrou que a implementação da Pedagogia da Alternância em escolas e comunidades do campo é influenciada por uma complexa interação de fatores, os quais são essenciais para a valorização dos saberes e identidades dos estudantes. A partir da análise qualitativa de uma revisão de literatura, foi possível estabelecer um consenso entre autores consagrados na área sobre a eficácia da Pedagogia da Alternância em minimizar as disparidades educacionais e fomentar a integração social. Em última análise, este estudo destaca a necessidade de uma matriz teórica que seja fundamentada em princípios éticos comuns, que respeite a diversidade de experiências e perspectivas do campo e se comprometa com a construção de uma sociedade mais equitativa e justa para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. **Educação do campo: desafios e oportunidades**. São Paulo: Cortez, (2010);

ARROYO, M. **Pedagogia da alternância: uma forma de educação para o desenvolvimento rural**. São Paulo: Cortez, 2007;

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional - LDB**. Brasília:MEC,1996.Disponívelem:<https://www.cpt.com.br/ldb/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-2008completa-interativa-e-atualizada>. Acesso em: 06.07.24.;

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB n. 04 de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de jul. 2010;

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 16 de agosto de 2023. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação**

Básica e na Educação Superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 16 de agosto de 2023, Seção 1, página 22.;

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE n. 22, de 08 de dezembro de 2020. Estabelece Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior.** Brasília, 2020;

BRASIL. **Presidência da República. Lei n. 14.767, de 22 de dezembro de 2023.** Disponível em: Acesso em: 27.jul.2024;

BEGNAMI, J. B. **Uma geografia da pedagogia da alternância no Brasil.** Brasília: Cidade, 2004. (UNEFAB Documento Pedagógico);

BEGNAMI, J. B. **Formação por Alternância na Licenciatura em Educação do Campo: possibilidades e limites do diálogo com a Pedagogia da Alternância.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. 402 f. Belo Horizonte, 2019;

CALDART, R. **Educação no campo: desafios e oportunidades.** São Paulo: Cortez, 2008;

CALDART, R. M. **Educação do campo: notas para uma reflexão epistemológica.** In: CALDART, R. M. et al. (Org.). Educação do campo: identidade, saberes e lutas. Brasília: Ministério da Educação, 2012. p. 45-65.

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem-terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019;

GIMONET, Jean Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFAS;** tradução de Thierry de Burghgrave. Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR- Associação Internacional dos Movimentos Familiares Rurais, 2007;

GRANEREAU, A. **O Livro de Lauzun: onde começou a Pedagogia da Alternância.** Fortaleza: Edições UFC, 2020;

NOSELLA, Paolo. **Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil.** Vitória: Edufes, 2012.